

1) **Revolução Mexicana** (João Henrique)

Compreender os **antecedentes** da Revolução Mexicana (ou das “revoluções mexicanas¹) só é possível numa perspectiva de confrontação dialética com a realidade presente ao longo de todo o processo. Ou seja, os tais antecedentes só ganham relevância histórica na medida em que fazem parte de um ponto chave para o entendimento de quaisquer sociedades: a transformação. A Revolução se desenvolve justamente num palco de transformações bruscas trazidas pelo capitalismo, que vivia um período de franca expansão – vide as disputas imperialistas e os grandes monopólios, começando a transbordar pelas frágeis fronteiras do estado nacional moderno. Ao mesmo tempo, tais mudanças tinham de conviver – e entrar em conflito, principalmente – com formas “arcaicas”, solidamente enraizadas em terrenos culturais semeados há milênios.

O México anterior à Revolução é o México das transformações. Um país que consegue consolidar a fronteira setentrional (alvo frágil frente à expansão imperialista estadunidense) e se lançar ao mercado mundial; e que, por conta dessa inserção, sente em sua epiderme multicultural o brotar de totens da modernidade: crescimento urbano acelerado, aumento demográfico (crescimento anual da população de 1,4 % contra os 0,6% desde o início do século XIX²), circulação mais dinâmica de idéias e o surgimento de novas classes que iriam se contrapor às já existentes.

Um México eufórico também surge. A economia cresce a taxas animadoras, as exportações aumentam e se diversificam, as contas públicas estão mais enxutas, os transportes encurtam distâncias. É fundamental perceber, portanto, que “a revolução desencadeada por Madero não foi filha da miséria e da estagnação, e sim da desordem provocada pela expansão e mudança (...)”³.

Dentre os que mais sentiram de maneira trágica as transformações estão os camponeses. O governo de Porfírio Díaz foi marcado pela consolidação das ferrovias

¹ Após a leitura atenta dos textos, fica claro que o processo foi marcado por uma profunda heterogeneidade, delineando a riqueza e complexidade de seu estudo. Assim, o título do segundo capítulo do livro de Camín e Meyer é brilhante: “As revoluções são a Revolução”.

² CAMÍN, Hector Aguilar; MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana: História mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Edusp, s/d, p. 15.

³ Idem, p. 15.

e o conseqüente interesse nas terras, o que promoveu aumento de preços e desalojamento de diversas comunidades camponesas. As novas práticas capitalistas no campo, voltadas para o suprimento do mercado externo, desestruturaram as pequenas propriedades e nutriram gordos latifúndios. Num ambiente desses, já era de se esperar um quadro de conflitos no campo já anterior ao próprio Zapata.⁴

Nas cidades, duas novas classes surgiam na esteira da modernidade: as camadas médias e o proletariado industrial. O porfirismo – que, na prática, ignorava vários pontos da reforma liberal de Benito Juárez – não abria muito espaço para a sua participação política, além de economicamente reduzir a renda de ambas com impostos e inflação alta. Nesse ambiente – de um regime plasmado com as oligarquias e com os setores estrangeiros – que se desenvolve uma burguesia urbana mais liberal (e nada homogênea), ávida por dividir um pouco o fruto do assalto às riquezas naturais e humanas da nação. Nesse sentido, entre as várias *frases-síntese* que poderiam ser apresentadas aqui, uma é bem razoável: a Revolução Mexicana foi o entrechoque de frações da burguesia em disputa pelo poder.

É também anterior à Revolução Mexicana o desenvolvimento de uma classe operária ativa e consciente. Já em meados do século XIX fundaram-se grupos de inspiração *fourierista*, sociedades de auxílio mútuo e grupos de inspiração *bakuninista* (um exemplo é a Social-Sección Internacionalista, fundada em 1868). Além de agitarem as cidades com suas greves e manifestações, muitos desses grupos buscaram associação com comunidades campesinas. Segundo Pier Francesco Zarcone⁵, Julio Chávez López seria um dos precursores da luta que Zapata desenvolveu no campo. Inspirado pela doutrina anarquista (ele fora aluno de uma escola libertária em Chalco), López começou a atacar propriedades em Texcoco, Morelos, San Martín Texmelucán e outras áreas, despertando a ira de Benito Juárez, que enviara tropas para deter seu movimento camponês em 1869 (Chávez López foi fuzilado nesse mesmo ano).

⁴ Afinal, a história mexicana sempre foi pontuada pela participação ativa de camponeses indígenas e mestiços – como no período da independência, com os grupos liderados por Miguel Hidalgo (1810-11) e José Maria Morelos (1814); ou, neste exato instante, com os zapatistas do estado de Chiapas.

⁵ ZARCONI, Pier Francesco. *Os anarquistas na revolução mexicana*. Cópia em xerox distribuída pelo Grupo de Estudos do Anarquismo (GEA), da UFF. Não há outras informações editoriais.

O povo, dos campos e das cidades, na mais profunda miséria. As elites locais e estrangeiras (em 1910, 97% das minas estavam nas mãos de estadunidenses, franceses e ingleses) se locupletando avidamente. Camadas enriquecidas pela modernização disputando a hegemonia com setores tradicionais. Movimentos de base popular pipocando aqui e ali, prestes a explodir de modo mais incisivo. A desigual *pax porfiriana*. E um caldo de estranhas transformações descendo quente pelas goelas de um passado construído no *ancién régime* (mantendo, inclusive, traços pré-colombianos). Esse era o ambiente que precedeu à irrupção revolucionária.

Uma abordagem dos **protagonistas** pode ser feita de duas maneiras. Na primeira, tomaríamos as vidas de cada um dos “líderes” do processo revolucionário, destacaríamos aspectos incríveis daquelas aventuras pessoais, sublinharíamos os traços psicológicos das personagens e, por fim, publicaríamos tudo num desses *best-sellers* biográficos que dividem estantes de livraria com manuais de auto-ajuda e livros de Paulo Coelho. Numa segunda perspectiva, os atores serviriam apenas de pretextos para compreendermos os grandes e pequenos movimentos, e os grupos sociais neles envolvidos. Trilhemos essa segunda seara.

Portanto, podemos dizer que entender Francisco Madero, Victoriano Huerta, Venustiano Carranza e Álvaro Obregón pressupõe a compreensão de que classe faziam parte, que interesses defendiam, como se relacionavam entre si. Em resumo, esses “atores” representam uma das “montagens” centrais dessa trama: “Elites disputam o poder a tapas”. (O título é fraco, mas a metáfora teatral precisava ser mantida...) Na realidade, a análise acurada da trajetória desses líderes (acompanhados de seus séquitos) nos mostra a disputa encarniçada entre frações de uma burguesia – urbana, industrial... – contrapondo-se aos setores mais conservadores da sociedade, que não foram totalmente apagados pela derrubada de Maximiliano III (1867) e pela volta ao poder do grupo liberal de Juárez. O próprio Porfírio Díaz, a despeito da modernização econômica, deitara profundos ressentimentos nas classes abastadas com sua ditadura personalista, fisiológica, caudilhista e corrupta.

Francisco Madero, por exemplo, era o representante do

(...) descontentamento de algumas grandes famílias patriarcais que haviam penosamente se consolidado ao longo do século XIX e triunfado com a causa liberal juarista nos anos de 1860, mas que se sentiam alijadas do poder pela mão centralizadora do porfiriato, a aliança do regime com interesses estrangeiros e sua promoção de uma nova geração oligárquica.⁶

A crise econômica de 1908 deu mais gás à oposição. Das fileiras do próprio porfirismo surgiria o general Bernardo Reyes que, no entanto, se calara sob a pressão de Díaz e não apresentara candidatura para a sucessão do ditador. Madero, por sua vez, empunhava a bandeira da “anti-reeleição”⁷, salpicando seu discurso com pérolas populistas: “O povo não quer pão, mas liberdade”. E Madero sabia que sem base social não poderia se lançar a eleição de 1910: e, de fato, muitos “filhotes” daquela modernização *cucaracha* o seguiram (fazendeiros sem apoio no regime, comunidades tiradas de suas terras, políticos e militares fora do jogo político, uma emergente burguesia urbana).⁸

O jogo começava a virar e Díaz não gostava de perder: prendeu Madero e se colocou de novo no “trono”. No entanto, a roda da história já tinha virado um bocado e Madero, no exílio, iniciou a *sua* “revolução” (lembramos aqui a observação inicial das “muitas” revoluções). Só que a guerra civil deflagrada continha outros interesses, *outras* revoluções: a de Pancho Villa e de Zapata, por exemplo, de caráter mais popular e agrarista; a de Ricardo Flores Magón e seu Partido Liberal Mexicano (PLM), cujo exército guerrilheiro, apoiando Madero, havia conquistado Mexcali em janeiro de 1911; e a dos diversos representantes da elite ávida pelo poder.

Uma vez vitorioso, Madero desagradou a seus aliados, mantendo intacto o exército federal e rodeando-se de antigos porfiristas. Ingredientes novamente na panela de pressão. Os irmãos Vázquez Gómez desencadeiam uma conspiração aberta; Pascual Orozco inicia sua rebelião em março de 1912; órfãos do “antigo regime”,

⁶ CAMÍN, Hector Aguilar; MEYER, Lorenzo. Op. Cit. p. 25.

⁷ Antes, no entanto, havia proposto um acordo com Porfírio Díaz, no qual seria o vice do ancião. Por aí vemos que Madero jamais representara uma ruptura revolucionária da sociedade mexicana...

⁸ O *Plan de San Luis* citava os índios despojados de suas terras e prometia a restituição das propriedades. Promessas que teriam atraído para a causa da “revolução maderista” os camponeses de Morelos, sob comando de Emiliano Zapata.

como o Exército Federal, mantêm-se à espreita; os zapatistas não aceitam a desmobilização de sua guerrilha sem garantias de atendimento às suas demandas (é lançado, a 25 de novembro de 1911, o *Plan de Ayala*, o qual clamava pelo aprofundamento de reformas sociais); magonistas exilados nos EUA lançam um cartaz pedindo apoio à causa anarquista⁹...

Nesse contexto, Victoriano Huerta se destacou no combate aos rebeldes orozquistas, recebendo também os olhares simpáticos do governo estadunidense, que já sentia o cambalear vacilante de Madero. Em mais um ato da peça das elites, Huerta rouba a cena em outubro de 1912, quando sufoca uma rebelião de Félix Díaz (sobrinho de Porfírio) e trai Madero dando-lhe um golpe de estado¹⁰.

Seria interessante registrar uma opinião a respeito do golpe de Huerta. Ela sublinha bem o caráter de *luta entre frações de classe*:

A deposição de Madero (...) é um momento violento da luta pelo poder entre os grandes proprietários fundiários, os banqueiros e os setores comerciais e financeiros ligados ao capital estrangeiro (...) e os setores industriais "nacionalistas" (...), mas também um momento exacerbado de um vasto conflito econômico imperialista para o controle sobre a exploração e a produção do petróleo mexicano.¹¹

Huerta procura pacificar as diversas pressões. Os trabalhadores urbanos são contemplados com redução de jornada, aumento de salário e o aceno de uma legislação trabalhista. Uma tímida reforma agrária é delineada. No entanto, os afagos maiores são reservados aos capitalistas estrangeiros. No plano político, instaura-se mais um período de truculência, contra a qual se ergue Venustiano Carranza, único governador a não reconhecer o governo de Huerta.

E lá vamos nós de novo... É lançado um plano (*Plan de Guadalupe*) para reforçar a retórica em favor do povo; Zapata e Villa conclamam seus esfarrapados

⁹ Madero se mostrou profundamente repressivo às atividades do sindicalismo revolucionário. Americo Nunes (*As revoluções do México*. Ed. Perspectiva, s/d, p.74) cita que Madero mostrou hostilidade em relação à *Casa del Obrero Mundial*, fechou a Escola Racionalista e expulsou o anarquista espanhol Juan Francisco Moncaleano.

¹⁰ Vale sublinhar o apoio estadunidense ao general golpista, articulado pelo embaixador Henry Lane Wilson.

(*pero muy aguerridos*) combatentes para defender a causa “constitucionalista”; Obregón começa a despontar com suas vitórias em Sonora; os *marines* ianques invadem o porto de Veracruz (o que nos faz perceber, aqui, o quão *protagonista* foi também o imperialismo em toda a “peça” revolucionária)... E o comando da desgovernada Revolução fica com Carranza.

Uma nova tensão entre personagens une os dois protagonistas mais vibrantes (e controversos) desse drama: Emiliano Zapata e Pancho Villa. Eles, de certa forma, representam o México retrógrado, mestiço, sincrético, bandoleiro e faminto contra o México *clean*, moderno, industrializado, branco e inserido na economia mundo como um apêndice das potências imperialistas. Tanto Villa quanto Zapata, segundo pintam os autores estudados, pareciam arraigados a um México pretérito, simples e rudimentar. Villa, contudo, parecia mais propenso à disputa pelo poder do que Zapata. Talvez os ambientes em que cresceram os dois líderes populares forneçam pistas para entender essa diferença: Villa cresceu no norte, região fronteira, acostumado aos embates com povos hostis e atingido com mais vigor pelos latifúndios, gerando verdadeiros *outsiders*, bandidos pé na estrada comendo a poeira do deserto; já Zapata representava o povo de Morelos, mais arraigado à terra, remontando a antigas tradições pré-colombianas.

Apresentando a *inconstância* como única *constância*, os revolucionários divididos se uniram contra o *Primer Jefe* Carranza: tinha início a Convenção. Para Camín e Meyer, o ano de 1915 é emblemático para a Revolução Mexicana: ano da definição da guerra civil (com a derrota de Villa e Zapata), de uma nova hegemonia política (com Obregón despontando), da consolidação de um governo reconhecido, do “pacto orgânico” com os trabalhadores da Casa del Obrero (a improvável aliança de anarco-sindicalistas com o burguês Carranza), da violência febril e da fome.

No ano anterior, Villa e Zapata viveram o momento de maior força, ocupando a maior parte do território, com os constitucionalistas – Carranza e, ainda a seu lado, Obregón – sediados em Veracruz (estratégico campo petrolífero). Contudo, nem um dos dois “conceberam suas lutas (na medida em que foram sempre exércitos

¹¹ NUNES, Americo. *As revoluções do México*. Ed. Perspectiva, s/d, pp. 80-81.

fundamentalmente camponeses) como uma disputa pela hegemonia nacional”¹². Tais debilidades convencionalistas abriam importantes fissuras para o carrancismo.

Para conquistar apoio, Carranza acrescenta medidas sociais no seu Plano de Guadalupe. Nesse momento, o sindicalismo revolucionário do México comete, talvez, seu maior erro: une-se ao projeto de Carranza, em detrimento da luta popular dos camponenses¹³. Enquanto isso, Obregón acumulava vitória após vitória. Isso, todavia, não era o bastante para a tão sonhada estabilidade: extremamente antipopular (as reformas sociais continuavam sendo letra morta) e corrupto, o regime carrancista ia se esfacelando. Assim como Madero, Carranza preferiu nomear antigos burocratas conservadores. Quanto aos rebeldes de Morelos, ele também não agiu diferente: repressão, *por supuesto*.¹⁴ Greves de operários também recebem o beijo rude dos cassetetes. Mas seu erro tático maior – haja vista o tamanho do monstro que queria peitar – foi intervir nas companhias estrangeiras, com impostos e expropriações.

É nesse momento que desponta a estrela do caudilho Álvaro Obregón. No *front*, massacra a resistência de Villa e de outros revolucionários. No plano político, rompe com Carranza e em 1920 lançava (para acompanhar a moda...) o seu *Plan de Agua Prieta*, que galvanizou os diversos grupos insatisfeitos. Em maio de 1920, Carranza é assassinado.

No centro do palco, agora, o protagonista Obregón, presidente de 1920 a 1924, que abre o período de “reconstrução”. Um período, segundo Americo Nunes, de “reconciliação do ‘constitucionalismo’ e do agrarismo indigenista zapatista”¹⁵, passo inicial ao México do século XX, onde as contradições sociais ainda não foram resolvidas.

2) Governos oligárquicos

¹² CAMÍN, Hector Aguilar; MEYER, Lorenzo. Op. Cit. p. 79.

¹³ Zarcón chega a citar que houve um racha entre os anarquistas, com alguns se juntando à guerrilha de Zapata. Ele cita, inclusive, uma declaração de Ricardo Flores Magón na qual os princípios do anarco-sindicalismo são reforçados (“Se na superfície deste conflito terrível aparecem os nomes de Villa, Carranza ou alguma outra personalidade que, com base no que ensinam as ações deles, não têm outro objetivo que a tomada de poder, a verdade é que estes homens não são a revolução, mas simples líderes militares que tentam satisfazer os seus desejos pessoais a expensas do movimento popular”). No entanto, a maioria encabeçou os chamados “Batalhões Vermelhos” contra os convencionalistas. O autor demonstra como, pouco a pouco, as benesses oferecidas por Carranza à classe operária se transformaram gradualmente em repressão e domesticação sindical via Estado.

¹⁴ Sob seu governo morre o homem (numa emboscada em 10 de abril de 1919) e nasce o mito Zapata.

Brian R. Hammet¹⁶ parece desfazer dois sentidos comuns com uma só cajadada, no que diz respeito à **relação** dos governos oligárquicos **com a Economia Mundo**. Primeiro, o fim do regime colonial ibérico não significou a troca pura e simples de um monopólio comercial (da Espanha e de Portugal) por outro (o da Inglaterra): o processo foi mais complexo, inclusive com os EUA tendo de vencer determinados obstáculos para impor sua hegemonia em ascensão. Segundo, a América Latina já estava inserida na Economia Mundo antes de que os jugos coloniais se esgarçassem: a efetiva legislação proibicionista dos países ibéricos nunca foi tão eficiente, e a demanda latino-americana por produtos industrializados sempre estimulou contrabandos e outras burlas do *pacto colonial*.

É importante lembrar que o continente se insere no mercado mundial para, de certa forma, responder aos mercados hegemônicos. Nesse sentido, a sucessão de governos na América Latina esteve umbilicalmente ligada aos ditames do imperialismo, o que na prática significou a espoliação tanto da terra quanto do povo, em benefício de elites locais e estrangeiras. Foi o crescimento econômico da Europa, de acordo com Hammet, que impulsionou a produção de produtos primários e a necessária modernização da infra-estrutura local (transportes, comunicações...). O aporte de capitais britânico, francês e, mais tarde, estadunidenses, tornou a economia latino-americana cada vez mais dependente.

O papel das oligarquias no processo de modernização foi fundamental. Como já citamos, o México conheceu um período de vigoroso crescimento durante a ditadura de Porfírio Díaz, que tratou de sufocar os diversos obstáculos “pré-capitalistas”, como a relação comunal dos indígenas com a terra. Companhias estrangeiras eram profundamente beneficiadas por essas oligarquias dirigentes, mas a relação com as nações imperialistas não era tão dicotômica. Estados mais fortes – como o México, a Argentina e o Brasil – podiam diversificar suas fontes de investimento, aproveitando-se das rivalidades entre os estados hegemônicos. Além

¹⁵ NUNES, Americo. Op. Cit. p. 106.

¹⁶ HAMMET, Brian R. “La regeneración, 1875-1900”. Nome do livro ilegível. Cópia fornecida pelo professor de História da América III.

disso, a infra-estrutura não atendia apenas ao mercado exterior: o mercado interno foi estimulado pela presença de ferrovias, fábricas e portos.

A manutenção de elites dirigentes nos países latinos se deu de maneira relativamente parecida. Alterações sociais eram muito mais difíceis do que alternâncias políticas, embora estas também estivessem limitadas às diversas frações das classes altas. O Brasil, por exemplo, é um caso típico, onde a hegemonia política continuava nas mãos dos ricos fazendeiros mesmo após o fim do império. A inserção no mercado mundial se dava via um único produto de peso: o café (como fora a carne e o trigo para a Argentina; o salitre para o Chile; as bananas para a América Central...).

Dentro das próprias fronteiras, os governos oligárquicos tinham de lidar com forças que emergiam justamente da intensificação de práticas capitalistas. A prosperidade urbana deu vida a uma burguesia ativa, embebida pelo ideário liberal e pronta a entrar em choque contra práticas que a marginalizassem politicamente. Desse embate, surgiriam os acontecimentos mais notáveis da história recente do continente: a Revolução Mexicana e a “Revolução” de 30, no Brasil, figuram como exemplos.

Outro ponto fundamental foi a industrialização inicial desses países. Sem uma tradição gradativa de desenvolvimento industrial, os países latino-americanos tiveram de lidar com elementos novos para sua realidade de ex-colônias essencialmente agrícolas. Países que careciam de mão-de-obra tiveram de “importar” gente da Europa. (Daí notamos que o fluxo humano permanece, a despeito do fim da escravidão, mas seguindo uma lógica distinta). Junto com tais imigrantes, também vieram as idéias que ajudaram a dar vida à consciência das classes oprimidas. Nesse contexto, o movimento operário – notadamente o de matiz anarco-sindicalista – atuou em diversos trechos de nossa história recente.

Nesse ponto, gostaria de voltar à questão dos protagonistas da Revolução Mexicana, tendo como base o texto de Americo Nunes. Ao questionar o caráter revolucionário do processo e ao discutir as idéias presentes na Revolução, Nunes subestima, a meu ver, a capacidade diretiva dos movimentos populares. O trecho seguinte é lapidar:

Antes da revolução, o México é essencialmente um país agrícola (...) A totalidade dos camponeses se encontra num estado de extremo *atraso: tradicionalista, religioso*, o proletariado urbano não pode ver aí – erradamente – um aliado possível (...) Aqui não se encontram, como na Rússia, estes núcleos concentrados, *poderosos*, de um proletariado industrial (...) Na Rússia, além disso, a fase conflitual da luta de classes não ganha o interior senão *sob o impulso dos trabalhadores das fábricas*.

No México, a situação é diferente. O proletariado mexicano, *extremamente fraco, heterogêneo*, ainda pouco industrializado, não pode ser o *motor da Revolução* (...) No México, R. Flores Magón, expressão maior da “consciência possível”, só pode definir um comunismo a partir da *utopia* (...) [Magón] se situa em um nível de crítica utópica: uma “*falsa consciência*”, *mas ainda assim uma possibilidade de consciência real*. Daí, a sua *solidão*.¹⁷

Ainda que o Sr. Nunes acerte em alguns pontos de sua análise – relativizar o mito Zapata, destacar os múltiplos aspectos da Revolução¹⁸ e reconhecer a originalidade da participação agrária – ele derrapa feio num marxismo-leninismo engessado, cometendo uma série de equívocos eivados de preconceito e mecanicismo teórico. Começa subestimando a capacidade camponesa de tocar o processo revolucionário, pois seriam “atrasados”, “tradicionalistas”, “religiosos” e, o pior, não estariam sendo orientados pela “vanguarda bolchevique”. Para desmentir isso, é bom que tenhamos análises como a de E.P. Thompson (um marxista *não quadrado*), que explicitam toda a lógica da ação direta da multidão na Inglaterra do século XVIII¹⁹. E se as massas camponesas não conduziram uma revolução aos moldes marxistas, isso não quer dizer que não pudessem conduzir *sua própria revolução*.

¹⁷ NUNES, Americo. Op. Cit. pp. 146-47. Grifos meus, exceto em “*mas ainda assim uma possibilidade de consciência real*”.

¹⁸ “A Revolução mexicana é ‘popular, antiimperalista, nacionalista e agrária’ ou ‘pequeno-burguesa e antifeudal’, ou ainda ‘social e anticapitalista’, ou simplesmente ‘liberal’? Ela é tudo isso ao mesmo tempo.” (p. 150).

¹⁹ THOMPSON, E.P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. IN: *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, s/d, pp. 150-202.

Ainda na linha da “vanguarda operária” (bolchevique, obviamente), o autor incorre num erro histórico ao dizer que a luta de classes na Rússia revolucionária só ganha o interior devido à ação dos trabalhadores fabris. Tal afirmação desconsidera a ação do anarquista Nestor Machnó, comandando uma rebelião camponesa na Ucrânia – que seria “cirurgicamente” extirpada pelo exército comandado por Trostky.

Nunes acerta ao reconhecer a heterogeneidade do movimento operário, mas faz isso, mais uma vez, sob o prisma da soberba marxista. Dentro de tal lógica, tudo o que não emana do sistema filosófico de Marx-Engels está fadado ao limbo da “utopia”, da “falsa consciência”. O trabalho de Bronislaw Baczko é elucidativo ao demonstrar que, a despeito do que propunham Marx e Engels sobre sua teoria (a “mais científica”), “toda sua obra veicula uma tal visão [utópica], fazendo dela um poderoso sonho mobilizador que marcou profundamente o imaginário colectivo”²⁰. Daí que, ao contrário do que afirma o Sr. Nunes, a Revolução Mexicana foi, sim, “socialista” (só que não marxista) em sua face popular, pois defendia mudanças estruturais (como os zapatistas propondo sistemas de governo mais autônomos e descentralizados) e tinham projetos de mundo definidos e revolucionários (como o dos anarco-sindicalistas).

Logo, as oligarquias tinham de enfrentar projetos populares alternativos de mundo, que entravam em choque frontal com os arranjos do “neocolonialismo” (“um novo pacto colonial que substitui aquele imposto pela Espanha e por Portugal”²¹). Contudo, o aparato repressor do Estado – em situações de crise, apoiado pelo militarismo ianque – quase sempre conseguia debelar tais movimentos.

No caso das novas forças políticas de elite, surgidas com a modernização econômica, era mais complicado. Halperin Donghi mostra que na América Latina, em geral, “as classes de latifundiários, embora se apoiem em estruturas políticas, financeiras e comerciais locais, enfraquecem-se sob a pressão dos representantes das economias metropolitanas”²². Essas novas dinâmicas internas refletiam, em certa medida, um novo arranjo das zona de influência estrangeira, na qual o domínio

²⁰ BACZKO, Bronislaw. “Utopia”. IN: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

²¹ DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.167.

²² Idem, p. 168.

britânico ia dando lugar à disputa entre velhas e novas influências (notadamente o imperialismo estadunidense).

A inserção na Economia Mundo, no contexto do “neocolonialismo” guarda particularidades em relação ao processo anterior, a saber: 1) os países latino-americanos passam a conviver com a agressividade do imperialismo norte-americano, que promovia invasões e intervenções nos assuntos internos (*Big Stick*); 2) a despeito disso, houve uma ligeira margem de manobra para os países mais fortes, no sentido de ampliar a esfera de mediação diplomática no continente (um exemplo é o grupo ABC na mediação da guerra civil mexicana); 3) os investimentos estadunidenses mudam a cara da infra-estrutura de diversos países em função das demandas do “império” (o investimento na indústria automobilística é um indício claro); e 4) a penetração cultural norte-americana sofre, pelo menos no período anterior à Segunda Guerra, certa resistência de tipo conservador, que passa a valorizar o passado colonial.

Em resumo – e seguindo o modelo proposto por Halperin Donghi – poderíamos dizer que a “evolução” das elites políticas da América Latina

(...) é revolucionária no México; nos países austrais (Chile, Argentina e Uruguai) é caracterizada pela democratização pacífica da vida política, acompanhada pela vitória dos partidos populares; o resto da América Latina continua a viver substancialmente fechado no alternar-se de oligarquia e ditadura militar, sem que falem situações intermediárias.²³

²³ *Ibidem*, p.188